



Maringá, 17 de junho de 2015

aduem Boletim

Ano 7 nº. 251

Assessoria de Comunicação, Jornalista responsável: Elisabeth Natale (Reg. Prof. 000 9029/PR)

CONTATO Aduem 3224-1807

Festa Junina na ADUEM

pescaria

Pipoca

Queijão

paçoca

Dia 26/06/05. a partir das 19h. na Sede Social.

dança de quadrilha

Opinião

Por LUCIANO GONSALVES COSTA (Vice-presidente da Aduem)

É indiscutível admitir que o último dia 29 de abril, durante a manifestação dos servidores públicos estaduais no Centro Cívico de Curitiba, tenha sido marcado pelo desrespeito a uma série de direitos civis: direito à manifestação, direito à greve, direito de ir e vir, direito a acompanhar as sessões da ALEP, direito ao trabalho e direito à democracia.

Além disso, é inegável reconhecer que em meio à desordem instituída, a desorientação de autoridade na supervisão da situação tenha levado àquele caos que vitimou pelos menos 213 pessoas, um deus-nos-acuda testemunhado pela sociedade paranaense e assistido pelo país e mundo afora.

Decorrido algum tempo, tendo diminuído o clima de tensão existente entre as partes diretamente afetadas, diferentes análises divulgadas sugerem uma probabilidade significativa de ter havido excesso de todos os lados. Porém, é inadmissível do mesmo modo concordar que excesso de um lado justifique ações do outro!

Sem sombra de dúvida, os efeitos da crise moral instalada em 29/4/2015 têm influência sobre a greve ampliada em andamento agora não somente envolvendo os professores mais também outras categorias dos servidores estaduais, que reivindicam a reposição das perdas salariais dos últimos 12 meses com base no cumprimento da lei estadual 15.512/2007 pelo poder executivo paranaense.

Diante desse cenário, como avaliar as repercussões das greves recentes?

A paralisação ampliada que acompanhamos no momento tem uma componente da greve dos professores iniciada em abril que, por sua vez, foi motivada por circunstâncias distintas da questão única da recomposição salarial em discussão atualmente. Nesse particular, em meio aos transtornos decorrentes da paralisação docente inicial podemos destacar os danos morais, físicos e psicológicos ocasionados às quase 200 vítimas do episódio de 29/4.

Por isso, para além de solidarizar-se com elas, como recompensar essas pessoas e recuperá-las do trauma gerado?

Outro aspecto, do ponto de vista econômico é perfeitamente compreensível que uma paralisação dessa magnitude afete o desenvolvimento do Estado. A título de ilustração, veja-se o caso da Universidade Estadual de Maringá (UEM) cuja suspensão das atividades repercute negativamente na economia do município de um modo geral e da zona sete de Maringá de um modo especial (É qual seria o impacto do cancelamento do vestibular?). Ainda, a redução drástica do atendimento médico-hospitalar no Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM/UEM) afeta a população de 115 municípios do norte e noroeste paranaense.

Por essas razões, vale ressaltar a responsabilidade que as associações comerciais/empresariais dos municípios nos quais a UEM está instalada (Maringá, Cianorte, Goioerê, Umuarama, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Porto Rico e Ivaiporã) bem como as associações dos municípios com população usuária dos serviços do HUM/UEM têm ao não manifestarem suas preocupações com os prejuízos da greve da UEM ou evitando se envolverem publicamente na intermediação da resolução desse problema, haja vista a falta de celeridade para solucioná-lo.

Finalmente, se, por um lado, o Governo respeitou a legislação estadual aplicando o IPCA no reajuste dos servidores desde 2011 e criando a expectativa da adoção do mesmo procedimento em 2015, por outro, falta ainda a esse mesmo Governo capacidade para esclarecer plenamente qual a real situação das finanças do Estado e os porquês de necessitar impor sacrifícios à população e aos seus profissionais.

União Contra Corrupção terá projeto piloto

Aduem recebeu pela manhã representantes das instituições para a segunda reunião do Projeto Contra Corrupção. Compareceram: Cocamar, Sincomar, Sesduem, 4º BPM e Aduem. Os participantes discutiram a viabilização de algumas atividades a serem desenvolvidas durante uma campanha educativa. Entre as ações sugeridas, estão: palestras e teatros na rede de ensino fundamental e médio; publicação de cartilha, de folders e desenhos, e difundir a Lei Anticorrupção. E a ideia é aplicar um projeto piloto em uma ou mais escolas de Maringá.

“Esta campanha está apenas começando e sugestão de um projeto piloto é bem-vinda, assim trabalharemos com uma determinada realidade social e, assim, teremos condições de ampliarmos essas ações”, disse Carlos Sica (presidente da Aduem). A próxima reunião será dia 01/07/15, às 9h, na Aduem.



Na foto: Cristiane Mari Tomiazzi (Cocamar), Dalila Paz (Aduem), Carlos Sica (Aduem), Moacir Paulo de Moraes (Sincomar), Rivaíl Rolim (Sesduem) e Capitão Radamés Luciano Vinha (4º BPM).

Departamento Jurídico comunica:

Atenção, sócios aposentados, a Aduem agradece a todos pelo envio dos contracheques, e comunica que a documentação recebida até o momento já foi suficiente para o ajuizamento da ação.

Prorrogação da Vacina Antigripal: até 30/07, no CENTROVAC. Antes deve ser retirada GUIA DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSOCIADOS E DEPENDENTES na secretaria da ADUEM.